7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI)

“A MEMÓRIA ANIQUILA O TEMPO”: ORIENTALISMO E AFETOS NOS EXPANSIONISMOS RUSSOS SOBRE A UCRÂNIA EM 2014 E 2022

Danielle Makio (Unesp)

Área temática: Análise de Política Externa

Porto Alegre, dezembro 2024

Resumo

A recente empreitada iniciada pela Rússia sobre a Ucrânia em 2022 vem causando consequências diversas, entre as quais podemos destacar uma maior atenção à análise dos processos de construção de agenda política do Kremlin. Nesse contexto, alusões à anexação da Crimeia de 2014, evento que, em certa medida, antecipa a formação do cenário atual, parecem naturais ao passo em que tratam de um episódio que em muito dialoga com a presente guerra. Para além dos atores e territórios envolvidos, ambos os casos compartilham demais características, tais quais: (i) tratam de empreitadas russas que objetivam a tomada de território ucraniano; (ii) são narrados pelo Kremlin como uma reação a provocações ocidentais (Toal, 2017); (iii) do lado russo, são ideologicamente legitimados, em boa medida, por uma narrativa que se vale de discursos históricos para justificar o direito à intervenção (McGlynn, 2023); (iv) são apresentados como resultado do dever russo de proteger seu povo dos perigos representados pelo avanço do Ocidente e de seus valores sobre regiões russófonas (Arel, 2018)

Diante deste cenário, destaca-se o processo de construção ideacionária que leva às vias de fato do expansionismo russo: a fina construção do Outro enquanto objeto de posse e do *Self* enquanto detentor legítimo de tal. Em se tratando da díade Moscou/Kiev, destacam-se ainda fatores como a mobilização afetiva dos processos de rememorização do primeiro (Haskins, 2022; Wijermars, 2019), que clama a si um direito quase messiânico sobre o segundo, haja vista declarações acerca da imperativa necessidade de salvação de um povo oprimido (Agadjanian, 2017) – a comunidade russo/eslava que habita território ucraniano. O Kremlin, nesse sentido, demonstra plena capacidade de mobilizar recursos discursivos e estruturais para buscar a legitimação e a concretização de suas aspirações sobre a Ucrânia tanto em 2014 quanto em 2022. Dessa maneira, considerando o semelhante modus operandi do expansionismo russo em cada evento, pretendemos, com o presente trabalho, responder à pergunta: *de que maneira podemos compreender as ações russas sobre a Ucrânia em 2014 e 2022 sob a ótica do Orientalismo de Edward Said?*

A escolha do trabalho de Said (1990) se dá, sobretudo, em razão da estrutura analítica proposta pelo autor, que permite explorar de forma robusta o processo de objetificação do dominado dentro de um projeto político que se vale da dominação alheia como forma de projetar, e construir, poder. Partimos, pois, da hipótese de que, dado o controle russo sobre a máquina cientítifo-literária e midiática (Sanina, 2022), o Kremlin goza de ampla capacidade de construção e disseminação de uma historiografia que usa de processos de rememorização afetiva para impor uma narrativa histórica que consolida um comportamento orientalista por parte da Rússia. Sugerimos, ainda, que este se vale de uma noção de excepcionalismo do Estado russo do qual advém o direito à posse sobre outros territórios e de um messianismo

moscovita que reitera o papel de salvador do povo como argumento legitimador do expansionismo (Lassila, 2022). Há, assim, uma objetificação tal do Outro ucraniano que, combinada à superioridade russa, formula um orientalismo tipicamento russo que se direciona a territórios e povos que se enquadram no discurso histórico-afetivo construído a partir de processos de historização.

A partir da análise de discursos proferidos por lideranças russas no contexto de cada episódio, esperamos (i) demonstrar de que maneira é formado o discurso que dá corpo ao dito orientalismo que sugerimos existir e (ii) caracterizá-lo, buscando, assim, detectar semelhanças temáticas entre eles. Para além disso, analisaremos também de que maneira o Kremlin foi capaz de materializar tais narrativas em meio à sua agenda política de forma a cristalizar uma representação rasa e monolítica da Ucrânia e dos povos russófonos que a habitam. Nesse sentido, destacamos a análise da evolução da construção de estruturas instituicionais e legislativas que corroboram o projeto político por trás dos expansionismos, como a aprovação de leis que impedem a publicação de versões alternativas acerca da Grande Guerra Patriótica (McGlynn, 2023). Esperamos que, dessa forma, possamos, de maneira geral, demonstrar como operam as bases desse orientalismo russo contemporâneo e como o mesmo se caracteriza à luz das contribuições de Edward Said.

Palavras-chave: Rússia; Ucrânia; Orientalismo; Memória; Política Externa

No contexto do conflito entre Rússia e Ucrânia, seja em 2014 ou em 2022, a memória e a identidade desempenham papéis centrais. A Rússia tenta justificar sua ação sobre a Ucrânia com base em uma identidade comum, enquanto a Ucrânia refuta essa narrativa, buscando afirmar sua própria identidade soberana. A memória, aqui, torna-se um elemento capaz de moldar temporalidades, identificando traumas e reafirmando a luta pela sobrevivência e pelo reconhecimento. O trauma, assim, não é superado, mas reencenado, reforçando a busca por uma organização política que evite novos traumas. Memória e trauma, portanto, influenciam a identidade, que é uma construção discursiva definidora de papéis (Edkins, 2006). Ao incluirmos esses elementos na análise, ampliamos o entendimento das relações sociais, ultrapassando a visão clássica do Estado como uma entidade legal e jurídica e avançando para um estudo das dinâmicas sociais, afetivas e institucionais (Fierke, 2006). O agente estatal, assim, não se reproduz apenas por dispositivos de coerção diversos, vai, sim, além do clássico monopólio da violência e se infiltra no imaginário social, moldando os corpos e afetos das populações. Esse novo tipo de poder estatal está ligado à identidade nacional, que determina a posição de diferentes grupos na sociedade. A disputa pela identidade do Estado é, portanto, uma disputa pelo poder, controlando a representação e a dignidade dos corpos através de dispositivos que relacionam controle físico, afetivo e discursivo.

Esse dispositivo que dita o processo de formação identitária é, muitas vezes, acompanhado de diferentes formas de autoridade política, de dominação e de poder. Este deixa de ser compreendido apenas por meio do uso da força bruta ou de instrumentos tradicionais de controle. Ele é agora manifesto em diferentes níveis, passa a gozar de uma capilaridade que o permite se entremear nas mentes e na vida daqueles que estão sob seu domínio. Portanto, se o Estado era antes compreendido como uma estrutura político-burocrática que exercia sua função por meio sobretudo da coerção, agora, como dirá John Rigi (2007), a dominação dar-se-á por meio da “dominação caótica”, que combina coerção e biopolítica, amálgama entre a dimensão civil, física e afetiva de um indivíduo. Há, assim, um transbordamento das limitações jurídicas, territoriais e sociais do ente estatal à medida em que este passa a exercer seu poder para além do horizonte de ação previsto na compreensão política clássica. Os mecanismos de dominação estatal não são mais restritos por fronteiras que definem povo e território nem tampouco são definidos unicamente pelo léxico jurídico. Surge, portanto, um Estado cuja capacidade de ação se dilui desde as instâncias mais tradicionais até o cotidiano dos cidadãos, as microrelações, as pequenas decisões diárias.

Nesse sentido, sendo a identidade um elemento essencialmente relacional, para que um país crie a sua própria é preciso que ele crie também suas próprias visões acerca dos Estados com os quais irá interagir. Nesta “alterização”, a qual não basta para entender a identidade em sua totalidade, reside o potencial de externalização do processo de formação

identitária: é preciso também criar uma narrativa acerca do Outro. A construção de uma historiografia oficial é feita não somente acerca da história do Estado em questão, mas também do estrangeiro. Se pensarmos em dois países que em algum momento foram parte de uma mesma entidade estatal, a “historiozação” de um deles torna-se ainda mais fundamental pois é ela também parte da própria identidade nacional do outro.

Nos episódios de 2014 e 2022, momentos em que Moscou define e implementa incursões militares sobre a Ucrânia para anexação/reintegração de Crimeia e Donbas, respectivamente, as ações russas são precedidas justamente por discursos que revisitam a história com o objetivo de sugerir a existência de um elo mítico, milenar, que legitime a existência de um território e identidade unos. Em 2014, Putin afirmou: “Nos corações e mentes das pessoas, a Crimeia sempre foi e permanece como uma parte inseparável da Rússia. Esse comprometimento, baseado na verdade e na justiça, é firme, foi passado de geração em geração" (Putin *apud* Putin: Crimeia sempre foi russa, 2014, n.p.). Na mesma época, o presidente também fez declarações segundo as quais a península era “terra santa” da Rússia. Já em 2022, novas declarações voltaram a sugerir uma espécie de sobreposição das identidades russa e ucraniana.

> Gostaria de enfatizar novamente que a Ucrânia não é apenas um país vizinho para nós. É uma parte inalienável de nossa própria história, cultura e espaço espiritual. Estes são nossos camaradas, aqueles que nos são mais queridos – não apenas colegas, amigos e pessoas que serviram juntos, mas também parentes, pessoas ligadas pelo sangue, por laços familiares. Desde tempos imemoriais, as pessoas que vivem no sudoeste do que historicamente tem sido terra russa se autodenominam russos e cristãos ortodoxos. Este foi o caso antes do século 17, quando uma parte desse território voltou ao Estado russo, e depois. (Putin *apud* Discurso Vladimir Putin, 2022).

Há nas declarações algo que sugere uma unicidade, um pertencimento de natureza histórica, física ou mesmo afetiva. Este tom usado por Putin ao tratar da Ucrânia durante os momentos de intervenção sugerem que, para além dos claros interesses geoestratégicos e econômicos envolvidos nas empreitadas de 2014 e 2022, há algo além do material que incide sobre a tomada de decisão do Kremlin. Vantagens econômicas e geopolíticas são clássicos componentes dos interesses de qualquer Estado. No caso da Rússia, fazem-se particularmente importantes por conta da política de grande potência desempenhada por Putin e pela insegurança causada pela sistemática e crescente expansão ocidental em direção a Moscou. A Ucrânia, nesse contexto, destaca-se enquanto objeto de interesse por conta das grandes vantagens que oferece à Rússia, como acesso facilitado a porções navegáveis do Mar Negro, ao posto de Sevastopol e a importantes rotas de dutos russos; e por representar um grande destino das iniciativas de expansão ocidental. O interesse material, no entanto, não necessariamente se traduz em declarações de anexação territorial, como sugere o caso da Transnistria, reduto separatista da Moldávia que nunca foi reconhecimento como parte da Federação Russa. O que, então, levou o Kremlin a subir o tom em relação à Ucrânia em 2014

e em 2022? Nossa hipótese é a de que as incursões russas sobre o país são moduladas a partir de um projeto político que, baseado em memória, afeto e geopolítica, modula uma agenda de política externa que culmina na expansão territorial sobre território ucraniano. Ao longo deste trabalho, entendendo que a dimensão estratégica dos eventos aqui abordados é já robustamente estudada pela Academia brasileira, debruçar-nos-emos na compreensão acerca dos mecanismos ideacionais por trás da formulação de política externa da Rússia de Vladimir Putin, cujo retorno à presidência em 2012 foi seguido de reformulações identitárias importantes para o país.

Identidade e política externa: o lugar da Ucrânia no discurso russo contemporâneo

Em 2022, às vésperas das novas incursões sobre a Ucrânia, Vladimir Putin afirmou "a Ucrânia, na verdade, nunca teve tradições estáveis de verdadeira soberania" (Kremlin 2022). A fala reflete um contexto mais amplo, no qual a história secular compartilhada entre ambos os países vem sendo utilizada como uma ferramenta política pelo Kremlin desde o cenário de anexação da Crimeia de 2014. O discurso ecoa abordagens revisionistas que vêm sendo utilizadas por Putin já há algum tempo na esteira da política de grande potência desempenhada pelo líder. Desde seu retorno à presidência em 2012, o presidente tem promovido uma reformulação identitária do país, cujo nacionalismo vem se apoiando cada vez mais fortemente em memórias afetivas de eventos significativos da história russa (Kangaspuro 2022; Lassila 2022; McGlynn 2023). Nesse contexto, alguns elementos centrais da nova identidade russa vêm sendo construídos de forma deliberada pelo Kremlin. Entre estes, dois chamam especial atenção.

O primeiro diz respeito a processos de rememorização acerca de grandes marcos históricos do Estado, como o mito da Terceira Roma e Grande Guerra Patriótica do país. A partir da lembrança coletiva e celebrativa destes e outros eventos formula-se a ideia de que está a Rússia destinada à grandeza, o que sugere a existência de características excepcionais do Estado (Haskins 2022). O conceito de *excepcionalismo russo* emerge como uma base discursiva que legitima a formulação política do Estado, apoiando a busca por seus interesses e corroborando suas decisões. De acordo com Katalin Miklóssy (2022), Mariëlle Wijermars (2019) e Markku Kangaspuro (2022), o excepcionalismo russo pode ser compreendido como a crença de que a Rússia possui características civilizacionais e ideológicas únicas que a tornam predestinada à grandeza. Assim, esse excepcionalismo confere à Rússia uma missão messiânica segundo a qual deve usar de sua estrutura política e ideológica superior em prol dos outros, especialmente aqueles em busca de salvação (McGlynn 2023). Este entendimento contrasta e é fortalecido também pela crescente rivalização do Ocidente, que é apresentado como antagonista que ameaça a existência ontológica e física do país. Há, portanto, a sobreposição de memórias gloriosas que conferem a Moscou sua excepcionalidade e de

memórias traumáticas que revelam a existência de um inimigo a ser combatido na busca pelo lugar de direito dos russos (Makio; Fuccille, 2023).

O segundo elemento diz respeito à celebração da russianidade, dos elementos definidores do sistema ideacional que sustenta a singularidade do povo e do Estado russos. Nesse sentido, há tanto a exaltação dos grandes marcos da ortodoxia eslava, como o idioma, aspectos culturais e outros, quanto a construção de um discurto que busca reunir os povos que se identificam com essa noção de identidade étnica. Evoca-se um senso de unidade que pode levar indivíduos a priorizar sua identificação com a Rússia em detrimento do país onde residem, facilitando a aceitação ou legitimação das ações russas voltadas para reunificação étnica, seja por meio de dominações territoriais ou apoio a enclaves separatistas (Makio; Fuccille, 2023).

Convém ressaltar, ainda, que a memória, além de temporalidade, tem também espacialidade. A história de um povo em geral está atrelada a um local tido como berço de sua civilização, um local sagrado revestido de significado. Estes espaços, em geral, têm uma capacidade de mobilização ímpar pois estão diretamente atrelados a afetos ligados à herança histórica de toda uma sociedade. A posse e/ou dominação, estrita ou ideológica, de regiões tão elementares são, portanto, indispensáveis a organizações cuja identidade tem como pilar central a relação com suas origens, com um passado territorialmente localizado (Edkins, 2006). A Rússia, sendo uma dessas formações políticas cuja configuração depende muito diretamente de uma narrativa de enaltecimento do período originário, apresenta esse comportamento, esse zelo exacerbado para com seu local de nascimento. Nesse caso, é a Ucrânia, mais especificamente o território ucraniano, que assume o papel de reduto sagrado a ser protegido em vista da configuração espacial da Rus Kievana. Garantir que o país se mantenha como um reduto de domínio russo, assim, é indispensável na narrativa identitária atual do Kremlin (Eggert, 2021).

As políticas de memória, portanto, moldaram e impulsionaram o componente ideacional das incursões sobre a Ucrânia de maneiras importantes e complexas. “[...] No atual conflito russo-ucraniano, estamos testemunhando o surgimento e, em alguns casos, o cultivo do que equivale a uma nova temporalidade na qual elementos do passado e do presente se fundem e o tempo histórico linear entra em colapso” (Malinova, 2017, p. 5, tradução nossa). A justificativa ideológica para a ação russa no Estado ucraniano, tanto em 2014 quanto em 2022, baseou-se fortemente em alegações sobre a memória do passado. Não à toa a atual guerra na Ucrânia é rotineiramente imaginada, narrada e justificada como uma continuação da Segunda Guerra Mundial.

> Estamos lutando pelo nosso povo em Donbas. Não podemos permitir que a história se repita [...] Mas lembramos que o destino da humanidade foi decidido nas grandes batalhas perto de Moscou e Leningrado, Rzhev, Stalingrado, Kursk e Kharkiv, perto de Minsk, Smolensk e Kiev, em batalhas pesadas e sangrentas de Murmansk ao Cáucaso e à Crimeia (Putin *apud* Faulconbridge; Soldatkin, 2024).

Por fim, para compreender o nacionalismo russo contemporâneo é também preciso considerar o crescimento do conservadorismo representado particularmente pela aliança estreita entre o Estado e a Igreja Ortodoxa. O estreitamento das relações entre Putin e o Patriarca Kirill trouxe à tona uma supervalorização de marcadores político-ideológicos importantes que tradicionalmente definem a identidade russa e sua organização estatal. Nesse contexto, ortodoxia e conservadorismo tornam-se centrais para a identidade moscovita desde 2012 (McGlynn 2023; Miklóssy 2022; Sanina 2022). Nesse quadro, o antiocidentalismo volta ao centro da discussão. A "distorção moral" do Ocidente é mobilizado de forma a conferir à Rússia uma posição valorativa superior. Assim se reforça a ideia do excepcionalismo russo: Moscou é vista como uma fortaleza que resiste à depravação ideacional ocidental.

> Devemos nos orgulhar de nossa história e temos algo do que nos orgulhar. [...]Podemos ver quantos dos países euro-atlânticos estão realmente rejeitando as suas raízes, incluindo os valores cristãos que constituem a base da civilização ocidental. Eles estão negando os princípios morais e todas as identidades tradicionais: nacional, cultural, religiosa e até sexual (Putin, 2013, n.p, tradução e grifos nossos).

> Junto com a secularização, os elevados princípios dos direitos inalienáveis perderam seu vínculo com a dimensão sagrada da vida, e a proteção da liberdade pessoal se transformou na proteção da vontade própria, abrindo portas para a imoralidade, permissividade, anarquia e tirania. Não aprovamos a abordagem liberal-secular relativista da liberdade, onde não existem valores e critérios absolutos e onde o bem-estar material é a única coisa pela qual devemos lutar (Interreligious Council, 2015, tradução nossa).

Assim, cria-se o Outro antagônico ao *Self* russo em um contexto no qual instituições como UE e OTAN se expandem cada vez mais em direção às fronteiras da Rússia.

Orientalismo: de Said a Putin

A obra seminal de Edward Said (1990) lança luz sobre as relações de poder que se articulam no âmbito da cultura e da criação de conhecimento. Na visão do autor, o Ocidente, a partir da formação de consensos acerca do entendimento do Oriente, perpetua e legitima a dominação deste. Said (1990) sugere que um pilar fundamental deste projeto de dominação é a capacidade da máquina imperialista de introjetar seus objetivos à produção científica e de propagar seus valores e ideais perante a sociedade civil. Controlando o sistema científico-educacional-literário, é fácil criar as bases que permitirão a legitimação do projeto. O orientalismo, assim, depende da produção de obras que apresentam o Oriente de uma maneira específica, que essencializa a existência deste, revestindo-o de uma aura de mistério e exotismo que a um só tempo atrai e cria uma ideia de inferioridade. O Oriente, assim, ainda que se trate de uma região extensa e diversa, é completamente aplainado, é apresentado como uma realidade una que silencia sua real complexidade e existência. Mais, é retratado como um reino de prazeres desprovido de moralidade, o que não somente o torna passível de ser dominado, mas que torna necessária a dominação. Esta, pois, é vista como a salvação

de um povo que tem muito a aprender com o Ocidente e que a este deve ser grato, que a este deve, por fim, servir.

Nesse sentido, é importante atentar à maneira com que Said (1990) mobiliza conceitos gramscinianos. O autor baseia sua argumentação na diferença entre sociedade civil e sociedade política. A primeira representa as estruturas privadas, a família, as relações particulares; a segunda diz respeito aos mecanismos públicos, o Estado e suas burocracias. A sociedade política, segundo o autor, possui controle sobre os mecanismos que permitem a criação e a disseminação de valores que, expressos por exemplo nas narrativas históricas adotadas pelo sistema educacional, no conhecimento científico que embasa a tomada de decisões políticas ou mesmo nos instrumentos de concessão de cidadania, legitimam os valores e normas do Estado ao ponto de torná-los um consenso entre a sociedade civil. A sociedade política, portanto, é responsável pela dominação, pela coerção, enquanto a sociedade civil é o lugar em que se constrói e se expressa o consenso, o compartilhamento de ideias que organizam comportamentos. Podemos, portanto, concluir que o orientalismo, de certa maneira, pode ser descrito como um projeto que: (i) essencializa o outro, nega-lhe densidade, diminui-lhe o valor e o faz passível de dominação; e (ii) é possibilitado pelo domínio sobre a produção de conhecimento científico/técnico e de consumo generalizado, como romances literários. Logo, podemos também assumir que o aparato estatal usa de diversas dimensões da sociedade civil para expressar suas vontades e sua ideologia ao ponto de politizar com suas pretensões as mais diversas arenas. O corpo estatal, como vimos, é superado e o poder passa a se expressar no cotidiano, no particular.

Tendo em mente essa conceitualização básica acerca do orientalismo, convém questionar o componente étnico que baliza a atual constituição identitárua russa. De um lado, temos o dircuso de multiculturalidade e multinacionalidade usado por Putin em momentos em que busca apresentar seu país enquanto um reduto democrático de tolerância e diversidade étnica. De outro, temos o “mundo russo”, a Rússia eslava que se constrói sobre marcadores essencialmente ortodoxos. A segunda proposta parece-nos, neste momento, mais relevante na condução da política externa de Moscou: a Rússia liderada por Putin para os eslavos. Mais, a Rússia que valoriza sobremaneira os russos étnicos. Os demais povos eslavos são mais prontamente aceitos, mas há momentos em que seu protagonismo dá lugar à centralidade russa. Do ponto de vista do presidente, porém, a primeira imagem, de uma Rússia mais afeita à ideia de uma identidade civil, não é totalmente descartada, ela é, na realidade, apresentada em contextos específicos como instrumento político.

> A ênfase do tópico racial divide as pessoas, e aqueles que realmente queriam lutar pelos direitos civis queriam remover a distinção de raça, de cor, eles realmente queriam remover essa distinção. Martin Luther King disse que gostaria que chegasse o dia em que seus quatro filhos vivessem em um país onde seriam julgados não pela cor da pele, mas pelo conteúdo de seu caráter. Esse é o verdadeiro valor. Mas o que vemos lá no Ocidente é o contrário. Na verdade, na Rússia, a maioria dos russos não se importa com a cor da pele, se você está lidando com um homem ou uma mulher,

> cada um de nós é um ser humano individual. Isso é o que importa. Em algumas partes do mundo ocidental, a discussão sobre homens e mulheres se tornou algo completamente maluco (RT, 2021, tradução nossa).

A ideia da Rússia étnica está alinhada com as ambições do Kremlin à medida em que se baseia nos mesmos marcadores valorativos que determinam a atual orientação política russa. Se a rivalidade com o Ocidente e a sobreposição de memória e trauma levaram Moscou a se valer de uma narrativa histórica deliberadamente construída e de um arcabouço de tradições que bebe dos mitos e da religião da época da Rus Kievana, então é razoável concluir que a exaltação do eslavismo é, em última instância, um dos efeitos do atual contexto do país.

Nesse cenário, fica muito claro que a Rússia goza de ampla capacidade de criar e legitimar sua própria narrativa histórica e, por conseguinte, seu próprio desejo de Estado. Esse poder de criação normativa se dá conforme proposto por Said (1990): a cooptação dos instrumentos da sociedade política pelos interesses do Estado e a extensão destes sobre a sociedade civil. Dessa maneira, os contributos de Vera Tolz (2005) tornam-se especialmente interessantes. Segundo a autora, na Rússia, assim como em outros locais, ocorre um fenômeno importante ao estabelecimento dos mecanismos orientalistas do Estado: a influência dos processos de *nation-building* sobre a Academia nacional. Tolz (2005) argumenta que, ainda que haja um claro diálogo que parte do universo acadêmico e informa a construção de políticas de Estado, há também um movimento fundamental que parte deste em direção àquele. As noções de nação, Estado e povo perpetradas pelos governantes, portanto, historicamente moldam a produção acadêmica, criando um mecanismo em que a Academia produz as bases teóricas e literárias que irão promover a disseminação e legitimação do projeto estatal. Tratando-se da Rússia, assim, a própria base ideológica do orientalismo conforme proposto por Said, é apresentada a um só momento como consequência do nacionalismo e como fim dele (a confirmação da superioridade e a concessão do direito à dominação). Tolz demonstra, por exemplo, como é graças aos esforços eslavófilos do Estado que os historiadores criam narrativas que centram na Rússia o nascimento e o desenvolvimento da Ortodoxia e do eslavismo, o que, mais tarde, viria a embasar a política externa contemporânea de Moscou.

Ganha destaque também o trabalho de Nathaniel Knight (2000). Segundo o autor, a obra do palestino deve ser compreendida não como uma proposta teórica absoluta e imutável, mas como uma proposta de entendimento do mundo que pode, e deve, ser moldada à análise de casos particulares. A Rússia, nesse contexto, emana, para Knight (2000), como interessante objeto à medida em que se configura como um Estado não-europeu que, apesar de não integrar o universo de poder colonial inicialmente analisado por Said (1990), incorre em atitudes que parecem remeter a instrumentos de dominação e formação hegemônica que dialogam com aqueles estudados por este.

No orientalismo, a capacidade de controle sobre a formação de ideias serve a um projeto de poder, a um desejo de dominação baseado em um retrato, em geral deliberadamente, raso do outro. Na Rússia contemporânea, não é diferente. A construção discursiva perpetrada por Putin promove uma série de essencializações. A primeira diz respeito ao Ocidente. A antagonização em relação ao Outro opositor ocidental é elemento fundamental do cenário político contemporâneo russo. Nesse contexto, porém, ainda que o antagonista seja representado de forma altamente plana e enviesada, não há exatamente uma tentativa de dominação da Rússia sobre o Ocidente, mas, sim, uma "rivalização". A segunda essencialização fomentada pelo Kremlin é o próprio mundo russo. Ao se referir à diáspora russa, aos Estados e povos russo/eslavos como integrantes de um mesmo corpo civilizacional, o *Russkii mir,* Putin em geral ignora, ou diminui, quaisquer outros traços identitários dessas comunidades, o que se aprofunda ainda mais quando vai além e se refere apenas à etnia russa. Dessa forma, todos esses grupos são compreendidos a partir de uma perspectiva que os essencializa à medida em que se parte do pressuposto que cada indivíduo se sente parte integrante do mundo russo proposto pelo Kremlin. Ainda que isso não corresponda à realidade, todos esses corpos são codificados sob a égide de uma narrativa única que, agora sim, é sustentada por um desejo de dominação. Esta, aqui, dar-se-á de forma caótica: ela pode se expressar desde a dominação coercitiva de fato, como ocorrido nos casos ucranianos, até a persistente influência de meios de comunicação russos em locais como a Transnístria (O'Loughlin; Toal; Kolosov, 2017).

No contexto da essencialização do mundo russo podemos, ainda, sugerir um outro nível desta: o da própria Rússia. Ambas as imagens do país usadas por Putin, aquela mais afeita à diversidade e a outra, mais próxima da etnia como marco nacional, subtraem muitas camadas da complexa realidade do país. Se considerarmos a narrativa da nação *rossiiskii*, a grande essencialização tem a ver com a harmonia entre as muitas culturas e etnias que compõem o povo em questão. Ao se valer dessa identidade, o Kremlin em geral apresenta um país formado por povos reconciliados com suas diferenças, uma população tolerante e um governo democrático que sabe acomodar as muitas pautas levantadas pelas diferentes comunidades que o constituem. Qualquer análise mais cautelosa da realidade de regiões não-eslavas explicita a frágil sustentação dessa narrativa. Na república do Tartaristão, por exemplo, os cidadãos não têm sequer permissão para celebrar livremente feriados importantes para sua história, como a tomada de Kazan pelas tropas russas em 1552 (In tatarstan allowed to…, 2021). Na esteira desse pensamento, a grande essencialização da outra proposta de nação sustentada por Putin, a noção de povo *russkii*, também ocorre. Ao adotar essa imagem para o país, Moscou nega a existência de toda uma diversidade étnica a fim de performar uma identidade una que, em última instância, silencia comunidades inteiras a fim de perseguir uma unidade inexistente.

Podemos, assim, fazer algumas afirmações acerca da relação estabelecida entre os conceitos de nação russa promovidos pelo Kremlin e o projeto político da Rússia a nível interno e externo. O emprego do termo *Russkii mir*, que vem se popularizando no léxico oficial, retoma uma identidade baseada na etnia russo/eslava. Nesse contexto, povos e Estados eslavos são considerados de forma a ocultar qualquer característica que esteja além dos marcadores do eslavismo. Essa comunidade é, pois, encarada como um corpo que tem um desejo comum de união. Há, porém, uma distinção única e essencial entre todos esses corpos: apenas um controla o discurso que resulta nesse entendimento. A Rússia, mais especificamente suas elites governantes, ainda que seja também parte desse mundo russo/eslavo, à medida em que monopoliza o poder de criação de consenso e dominação, destaca-se do todo para assumir o papel de liderança. Ela é parte do todo orientalizado, porém ela é sobretudo o "orientalizador". O processo de essencialização por meio da relação entre sociedade civil e sociedade política é engendrado pelo Kremlin como forma de legitimar a dominação sobre os demais redutos eslavos a fim de retomar a grandeza do país. A orientalização eslava serve ao propósito exclusivo da Rússia.

Há, porém, uma primeira diferença fundamental entre o orientalismo promovido pela Rússia em relação ao seu exterior próximo e o orientalismo teorizado por Said (1990): o segundo parte, necessariamente, da construção de níveis de moralidade e civilização, de uma diferenciação extrema seguida da hierarquização entre o povo que se pretende dominar e o dominador; já o primeiro, ainda que também tenha como base uma noção de hierarquia que daria à Rússia o poder legítimo de intervenção, não afasta irreconciliavelmente as partes envolvidas. A empreitada russa parte do princípio de que todos esses povos passíveis de dominação são, na realidade, parte de um mesmo todo, logo, não podem ser retratados como bárbaros, animalescos. A dominação, nesses termos, está mais próxima da ideia de retorno, trazer de volta o que foi separado, do que da noção clássica de apropriar-se do novo. Por trás de cada um desses mecanismos políticos, contudo, há um elemento em comum: a salvação. Se os impérios ocidentais justificavam suas cruzadas civilizatórias sob a retórica de levar aos selvagens à salvação (seja a salvação divina, científica, econômica entre outras), a Rússia propõe a salvação pelo resgate. (Re)unir o povo responsável pela grandeza de outrora. Congregar mais uma vez a nação que, por direito, sucede a própria Roma.

Tabela 1 – Comparativo entre orientalismo clássico (Said) e orientalismo russo

	Orientalismo clássico (Said)	Orientalismo russo contemporâneo
Modo de ação	Controle de produção e disseminação de conhecimento	Controle de produção e disseminação de conhecimento
Modo de dominação	Serve primordialmente à dominação clássica: invasão e conquista de territórios/indivíduos. Porém, não se limita a esse objetivo apenas. Pode apresentar formas distintas de dominação.	Serve primordialmente à dominação caótica. Pode ser usado para outras formas de dominação.
Justificativa de ação	Salvação de povos bárbaros, considerados inferiores.	Salvação de povos que foram separados de um mesmo corpo político.

Fonte: Makio, 2022

Podemos, portanto, dizer que o *Russkii mir* é, enquanto discurso, fruto de uma espécie de "orientalismo" que serve aos interesses políticos da elite que atualmente comanda o Kremlin. É essa construção que, articulando memória e controle sobre a produção e a disseminação de conhecimentos, lança as bases que legitimam o comportamento do país em relação aos povos eslavos. Ademais, é também essa mesma construção que norteia como esses mesmos corpos irão se comportar em relação a Moscou: aqueles que vêm com bons olhos um "retorno à pátria mãe" aceitarão de bom grado a proposta russa e se mobilizarão em favor do cumprimento do desejo de reunificação; aqueles contrários ao mundo russo proposto nos termos de Putin serão cautelosos para que os desejos deste não se concretizem.

É importante, aqui, fazer uma breve ressalva: o modo de dominação perpetrado pela Rússia se dá nos termos da dominação caótica conforme proposta por Rigi (2007), portanto, quando tratamos da (re)construção do *Russkii mir*, do retorno da unidade russo/eslava, não estamos necessariamente tratando de uma reunificação física. Não se trata necessária e exclusivamente da criação de um Estado-nação habitado unicamente por comunidades russo/eslavas, trata-se do Estado afetivo, que consiste na formação de um corpo que, mesmo espacialmente separado, compartilha crenças e expectativas. Falamos, portanto, de grupos (bio)políticos que se congregam do ponto de vista subjetivo e que, por conseguinte, partilham práticas similares, cooperam entre si, apoiam-se no âmbito institucional. A Transnístria é, nesse sentido, um caso exemplar, pois se trata de uma região da Moldávia que, ainda que não seja parte da Federação Russa, organiza todo seu comportamento político em torno da noção de pertencimento ao mundo russo. É um território dominado ainda que não tenha sido juridicamente reivindicado por Moscou.

Ao formular seu grande projeto para recuperar a grandeza e o *status* da Rússia, Putin e sua coalizão se baseiam em uma polarização explícita em relação ao Ocidente. É dessa polarização que surge a necessidade de reiterar quais são as características que fazem da Rússia uma civilização gloriosa, as quais são selecionadas pelo presidente e pela elite política russa por meio de uma cronologia histórica que celebra momentos gloriosos. Há, nessa construção narrativa, uma seletividade clara e um certo grau de reenquadramento que permite, por exemplo, que não haja um confronto explícito entre a Rússia imperial e a Rússia soviética. Embora diferentes em aspectos distintos, os dois períodos são retomados como que para demonstrar a superioridade do país; são silenciados os possíveis conflitos que poderiam advir da diferença ideológica que pautava o Estado a cada momento. Assim, o alto escalão da política russa consegue forjar uma narrativa que torna explícito o lugar de direito da Rússia entre as grandes potências dada sua superioridade moral e sua distinção enquanto civilização. Nesse ínterim, voltam à consciência coletiva marcos como a força do Estado czarista, as conquistas da máquina soviética e, claro, o poder da Rus Kievana, berço esplêndido da russianidade.

Essa narrativa é a base para a formação do discurso que sustenta a identidade atual do país. A exaltação explícita dos momentos de grandeza da Rússia pode ser entendida como uma resposta aos traumas por que passou o país. Como sugerem Edkins (2006) e Fierke (2006), a memória traumática cria sua própria temporalidade e induz uma resposta imediata e forte por parte do país para que proteja sua própria existência. Os recorrentes traumas impostos pelo Ocidente, que questiona a civilização russa e a humilha em diferentes momentos da narrativa histórica apoiada pelo Kremlin, criam, assim, uma temporalidade em que a Rússia deve responder à ocasião para se defender como Estado soberano. Não basta sobreviver a esses momentos de dificuldade, Moscou deve superá-los por completo, provando seu valor. Como as grandes ameaças à própria existência de Moscou como tal são perpetradas pelo Ocidente, é natural que este seja sistematicamente apresentado como o Outro que se opõe ao *Self* russo, permitindo-lhe definir-se como um Estado e ditar, também, o tipo de autoridade política que será legitimada.

Ademais, a (re)politização do conservadorismo incorporado na (re)aproximação com a Igreja Ortodoxa, é o elemento que dá forma e sustenta uma identidade que se constrói a partir de uma narrativa que se estrutura no resgate de memórias de glória, trauma e afastamento do Ocidente. É graças aos valores, à moral e à tradição que emanam do singular conservadorismo ortodoxo que o grupo de Putin define o fundamento ideológico que sustenta a ideia da civilização russa como uma oposição à alternativa ocidental. É por meio dessa estrutura socioideológica que a Rússia justifica sua superioridade, seu direito à grandeza. Se a narrativa histórica permeada por memórias e traumas cria a necessidade urgente de construir uma identidade que se afaste absolutamente do Ocidente e defina que tipo de

autoridade política será legítima na Rússia, é a tradição (re)politizada que define quais valores ideais devem ser seguidos pelo país.

Ao adotar o *Russkii mir* de forma muito mais contundente e corriqueira, o Kremlin atrela todos os esforços de retomada do excepcionalismo russo ao fator étnico. Mais especificamente, atrela-se todo o sentido de glória e grandeza do país ao eslavismo e ao eslavismo exclusivamente russo. Esse marco na empreitada russa está de acordo com a narrativa histórica promovida pelo governo uma vez que o mito da Terceira Roma é apresentado como o fator primordial de toda a existência grandiosa da Rússia (Neumann, 2003). À medida em que encoraja um realinhamento político entre todos os povos e nações eslavos, dentro ou fora dos limites territoriais russos, Putin reafirma, por fim, a dominação caótica como meio de ação de um Estado que não mais se adequa à normativa jurídica clássica e que cada vez mais se vale da memorização, dos afetos e de suas expressões para exercer domínio sobre os corpos daqueles que, segundo o Kremlin, compõem a nação russa.

A capacidade de criação de consenso da qual goza o comando central de Moscou é, nesse contexto, crucial ao funcionamento do Estado russo aos moldes atuais. Apoiado por seu amplo controle sobre os mecanismos de produção de conhecimentos e sobre os meios de transmissão dessas formulações, Putin e seus apoiadores colocam em prática seu projeto político de forma quase desimpedida. Nesse cenário, é importante ressaltar que, desde que retorna à presidência em 2012, o ensino de história nas escolas tornou-se um tema central do governo. Criticando a falta de eficácia do sistema de educação básica em difundir os valores nacionais e promover o patriotismo entre os jovens, cujos ideias em muito começavam a ser influenciados pelas redes sociais, o governante coopta o ensino e o torna matéria de interesse estatal. Nesse contexto, é interessante, ainda, atentar ao fato de que as críticas são direcionadas exclusivamente a matérias ligadas à história e à filosofia. Nas palavras de Putin:

> Amigos, devemos reconhecer que a influência da escola na formação de crianças e adolescentes tem diminuído nos últimos anos. Eles agora têm alguns concorrentes poderosos: a Internet e a mídia eletrônica. Os próprios pais e alunos são agora muito mais exigentes e uma escola não deve ficar atrás dos seus alunos, do desenvolvimento da sociedade ou do fluxo de informação; em vez disso, deve estar bem à frente de todos eles. As escolas devem recuperar seu valor absoluto. Isso significa renovar o conteúdo educacional, mantendo, é claro, nossas tradições e vantagens, como nossa educação matemática fundamental, sem esquecer o enorme significado da educação de alta qualidade na língua russa, história, literatura, fundamentos da ética secular e religiões tradicionais (Putin *apud* The Kremlin, 2014, n.p, tradução nossa).

A fala explicita bem a correlação entre a formação da identidade nacional, as políticas de memória e a disputa de poder pela construção da narrativa histórica de uma nação. Como o presidente bem demonstra, há uma causalidade absoluta entre os valores e os discursos disseminados pelo Estado e a formação de um senso de unidade nacional. Quando reconhece a necessidade de fazer com que as escolas retomem as tradições e as vantagens russas, o

chefe do Kremlin deixa claro que é preciso lançar mão de diversos tipos de instrumentos para garantir a hegemonia do discurso oficial do Estado. É preciso garantir um alinhamento, até mesmo a obediência do povo, em relação à identidade performada pelo governo. Esta, evidentemente, é formada por inúmeros fatores, mas tem como eixo definidor os afetos mobilizados pelas memórias, sejam elas boas ou traumáticas. E diz mais: caso este projeto falhe, a sociedade será cooptada por forças externas, o que, em última instância, enfraquece a legitimidade das autoridades no poder e inviabiliza que as mesmas atinjam seus objetivos (tornar a Rússia novamente uma grande potência). Nesse contexto, temos o início de um projeto político que promove uma reforma não somente nos componentes curriculares das escolas, mas, sobretudo, na forma com que algumas matérias são ensinadas e vivenciadas.

O aumento do controle estatal sobre os meios de comunicação e sobre o sistema educacional, assim, despontam como estratégia do Kremlin para introjetar suas visões acerca da identidade da Rússia (Sanina 2022). Nesse cenário, o regime do Kremlin não apenas dissemina sua versão revisionista da história, mas também busca torná-la a compreensão predominante sobre a Rússia. A lembrança contínua e a celebração de episódios vitoriosos são apresentadas de modo a mobilizar afetos e memórias que fomentam um senso de orgulho patriótico alinhado ao projeto político de Putin (Makio; Fuccille, 2023). A Grande Guerra Patriótica exemplifica bem essa dinâmica. Desde 2012, ela tem sido reavivada por meio de desfiles nacionais e propaganda televisiva destinados a reacender o orgulho social pelas conquistas do país. O ressurgimento dos grandes desfiles públicos promovidos pelo Regimento Imortal ilustra como os processos de memorização e as conexões afetivas são cruciais para normalizar o excepcionalismo russo — não apenas como um conceito acadêmico ou propaganda estatal, mas como um sentimento vivido no cotidiano das pessoas (Haskins 2022). Moscou também assegura legitimidade incontestável para seu projeto através da institucionalização de organizações estatais e leis que regulam a produção historiográfica-científica-literária. Exemplos disso incluem o restabelecimento da Sociedade Histórica Russa e da Sociedade Militar Histórica Russa; o projeto Memória Histórica da Rússia Unida; as tentativas de controlar conteúdos historiográficos através da iniciativa russa para combater tentativas de falsificação da história; além das novas leis sob o Artigo 354 que proíbem narrativas divergentes sobre a anexação dos estados bálticos (McGlynn 2023).

Os altos níveis de introjeção das narrativas oficiais acerca da origem da nação e da necessidade de retomada da unidade eslava, mérito, entre outros, dos mecanismos de produção científica e de práticas educacionais e midiáticas, permitem, no limite, a legitimação: (i) da imagem do mundo russo como continuação do mundo russo/eslavo; (ii) da necessidade de reunificação/realinhamento entre esses povos; (iii) da essencialização de toda a comunidade russo/eslava, que é compreendida de forma rasa, sem considerar possíveis diferenças internas que influenciem o sentimento de pertencimento a um corpo político único

liderado por Moscou; (iv) da liderança da Rússia, que se coroa com o direito natural de conduzir a reestruturação do R*usskii mir* (Sanina, 2022). Como explicita o próprio Putin em seu primeiro discurso ao retornar à presidência em 2012:

> A Rússia deve ser um país soberano e influente. Não devemos apenas nos desenvolver com confiança, mas também preservar nossa identidade nacional e espiritual, não perder nosso senso de unidade nacional. Devemos ser e permanecer a Rússia (The Kremlin, 2012, n.p, tradução nossa).
>
> Para que a Rússia seja uma nação soberana e forte, deve haver mais de nós e devemos ser melhores em nossa moralidade, competências, trabalho e esforços criativos [...] Peço [à Duma] que desenvolva um procedimento simplificado para conceder a cidadania russa aos nossos compatriotas, portadores da língua e cultura russas, descendentes diretos daqueles que nasceram no Império Russo e na União Soviética. (The Kremlin, 2012, n.p, tradução nossa).

O Estado russo, dessa maneira, comporta-se como um ator político "caótico" e afetivo. Um ator estatal cujo território não mais limita sua extensão a suas fronteiras e cuja ação não mais se restringe ao uso dos mecanismos tradicionais de força e coerção. Partindo da ideia de mundo russo, Moscou extrapola o âmbito jurídico-territorial e clama direito sobre povos que habitam outras jurisdições e afirma seu dever de os defender. O excepcionalismo, portanto, legitima o discurso que é a base moral do orientalismo russo: a salvação dos povos russo/eslavos. Os afetos ligados às memórias, assim, são elementos centrais para a construção deste sentimento de pertencimento e tutela por parte da Rússia. Como é evidente nos casos aqui estudados, afetos ligados ao passado são centrais nos discursos de Putin. É deles que surge a legitimação da intervenção, cuja moralidade está fixada na memória. E essa mesma legitimidade é reproduzida também nas regiões reintegradas/anexadas. Se de início o Kremlin implementa um projeto de lembrança e esquecimento dentro do seu próprio Estado, esse projeto é posteriormente exportado para o local para o qual o orientalismo russo se direciona.

Considerações finais

A Ucrânia, nesse contexto, em particular os territórios reinvindicados pela Rússia em 2014 e 2022, destaca-se enquanto destino da empreitada de Putin por conta do lugar que ocupa no projeto memorativo-afetivo do Kremlin. A Ucrânia é parte essencial do Estado russo, palco de grandes marcos históricos do país conforme a narrativa sustentada pelo Kremlin, como o nascimento da Rússia, a adoção do eslavismo, as expansões imperiais, a vitória em grandes batalhas, entre outros. Para além das memórias compartilhadas, há ainda o compartilhamento de características etnolinguísticas e culturais muito bem determinadas em redutos que apresentam alto nível de russianidade e que contam com movimentos bem estabelecidos que clamam pela reintegração à Federação.

Enquanto parte da Ucrânia, a Crimeia e o Donbas compõem a grande irmã de Moscou, com quem os russos compartilham histórias, memórias, etnia, fé, cultura. Trata-se de regiões que fazem parte de um Estado indispensável para a Rússia sonhada por Putin e seus apoiadores. A russianidade dos enclaves ucranianos os aproximam da Rússia à medida em que apresentam: (i) a forte presença do país no imaginário e historiografia oficial da Rússia; (ii) uma composição etnolinguística na qual a etnia russo/eslava, a ortodoxia, e o idioma russo são altamente disseminados; e (iii) alinhamento externo à Rússia em oposição à ocidentalização. Considerando o nível de similaridade identitária e a relevância das regiões para o próprio discurso político que embasa o comportamento da Rússia, há interesse na anexação e meios de justificá-la. O *modus operandi* do orientalismo russo, portanto, é compatível com Ucrânia, em especial com as regiões supraciatadas. Esse povo dividido deve ser cuidado pela Mãe Rússia e, quando preciso, deve ser por ela salvo. Daí o orientalismo russo, o resultado de uma (i) essencialização desses povos somada ao (ii) excepcionalismo que concede ao Kremlin o direito e o dever de salvá-los. Como propõe Gerard Toal (2017) acerca da anexação de 2014: “Isso sugere que sua decisão não foi inerentemente sobre a segurança da base naval, mas sobre o resgate da Crimeia, e que enredos afetivos, mais do que interesses geoestratégicos estreitos, impulsionaram a anexação” (Toal, 2017, p. 216, tradução nossa). A exaltação destes marcos históricos e a interpretação dos mesmos à luz do discurso afetivo de Moscou, como sugere Edkins (2006), cria uma nova temporalidade em que aqueles eventos continuam a ser reproduzidos no imaginário coletivo e representados de forma afetiva. É como se o tempo se alargasse e o que acontece hoje a um só tempo reproduz e é o que passou. As mesmas ameaças, as mesmas lutas, as mesmas vitórias. Como diz Tolstói: “A memória aniquila o tempo”.

Somado a todo este cenário ideacional-valorativo, o medo gerado pela expansão do Ocidente sobre a zona de interesse russo representou, tanto em 2014 quanto em 2022, o estopim necessário para que Putin calculasse sua ação tendo como base a arquitetura política local que foi aqui demonstrada. As anexações/reintegrações, portanto, colocam-se como uma reação a uma ameaça clara e significativa e se configura a partir do entrelaçamento dos interesses do Kremlin, do grau de russianidade de cada território e da relevância estratégica da Ucrânia. O âmbito externo, assim, é, de fato, sobredeterminante na tomada de decisão russa. A forma escolhida por Moscou para proteger seus interesses é, porém, fruto de questões que se confundem entre o passado, o presente e o futuro da Rússia. Daí a contribuição de uma análise que, somada a um entendimento mais estratégico e material do contexto, debruça-se sobre o Estado a partir de uma perspectiva diferente, que considera o papel de memórias e dos afetos na formação comportamento estatal. A contemporaneidade do passado leva à construção de uma Rússia que, em última instância, atrela sua própria existência no sistema internacional ao atingimento dos seus desejos de grandiosidade. Estes,

por fim, traduzem-se em conceitualizações de Estado, nação e ação que se amalgamam em uma espécie de comportamento afetivo que questiona os limites estatais, um tipo de orientalismo particular que se direciona ao incerto mundo russo. (Des)afeto e dominação.

Referências

Agadjanian, A. Tradition, morality and community: elaborating Orthodox identity in Putin's Russia. **Religion, State and Society 45**: no. 1, pp. 39-60, 2017. doi: https://doi.org/10.1080/09637494.2016.1272893.

Edkins, Jenny. "Remembering Relationality: Trauma Time and Politics". In: Bell, Duncan (Ed.). **Memory, trauma and world politics**. United Kingdom: Palgrave, 2006.

Eggert, Konstantin. Opinião: Putin e sua história fictícia da Ucrânia. **Deutsche Welle:** 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/opinião-putin-e-sua-história-fict%C3%ADcia-da-ucrânia/a-58307613>. Último acesso: 24 out. 2024.

Faulconbridge, Guy; Soldatkin Vladimir. Putin alerta para conflito global e diz que não permitirá ameaças à Rússia. **CNN Brasil:** 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/putin-alerta-para-conflito-global-e-diz-que-nao-permitira-ameacas-a-russia/>. Último acesso: 05 nov. 2024.

Fierke, K.M. "Bewitched by the Past: Social Memory, Trauma and International Relations". In: Bell, Duncan (Ed.). **Memory, trauma and world politics**. UK: Palgrave, 2006.

Haskins, E. "Victory Day, family style: Grassroots war commemoration, collective memory habits, and the shaping of public affect." In: **Conservatism and memory politics in Russia and Eastern Europe**. K. Miklóssy and M. Kangaspuro (eds). New York: Routledge, 2022.

In Tatarstan allowed to mark 469th anniversary of Kazan's fall, but no march. **RFE/RL'S Tatar-Bashkir Service:** 2021. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/tatarstan-commemoration-1552-siege/31491729.html>. Último acesso: 29 out. 2024.

Interreligious Council. Заявление Межрелигиозного Совета России О Свободе Слова И Оскорблении Чувств Верующих [Declaração do Conselho Inter-religioso da Rússia sobre a Liberdade de Expressão e sobre Ofender os Sentimentos dos Crentes]. **Patriarchia:** 2015. Disponível em: <www.patriarchia.ru/db/text/3966511.html>. Último acesso: 15 out. 2024.

Kangaspuro, M. "Putin's history, politics and conservative turn." In: **Conservatism and memory politics in Russia and Eastern Europe**. K. Miklóssy and M. Kangaspuro (eds). New York: Routledge, 2022.

Knight, Nathaniel. Grigor'ev in Orenburg, 1851-1862: Russian Orientalism in the Service of Empire? **Slavic Review:** vol.59, n.1, 2000.

Lassila, J. Whose turn, for whom? Conservative values and Putin's social contract. In: Miklóssy, K; Kangaspuro, M (eds). **Conservatism and memory politics in Russia and Eastern Europe**. New York: Routledge, 2022.

Makio, Danielle Amaral. **Estado afetivo, memória transcendente**: reverberações do nacionalismo russo na Crimeia e na Transnístria. São Paulo: Unesp, 2022, 188 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, Puc-SP), 2022.

Makio, Danielle; Fuccille, Alexandre. The 2014 Russian Invasion of Crimea: Identity and Geopolitics. **Revista Brasileira de Política Internacional:** vol.66, n.1, 2023.

Malinova, O. Political uses of the great patriotic war in post-soviet Russia from Yeltsin to Putin. In: Fedor, J.; Kangaspuro, M.; Lassila, J.; Zhurzhenko, T. (eds). **War and memory in Russia, Ukraine and Belarus**. Cham: Palgrave Macmillan, 2017.

McGlynn, J. **Memory makers**: the politics of the past in Putin's Russia. London: Bloomsbury Academic, 2023.

Miklóssy, K. "Introduction: conservatism and memory politics." In: **Conservatism and memory politics in Russia and Eastern Europe**. K. Miklóssy and M. Kangaspuro (eds). New York: Routledge, 2022.

Neumann, Iver. **Russia and the Idea of Europe:** a study in identity and international relations. New York: Routledge, 2003.

Putin, Vladimir. Vystuplenie Na Zasedanii Kluba Valdai. [Talk at a Session at Valdai Club]. **Rossiiskaia gazeta:** 2013. Disponível em: <http://www.rg.ru/2013/09/19/stenogramma-site.html>. Último acesso: 05 nov. 2024.

Putin: "Crimeia sempre fez parte da Rússia". **Época:** 2014. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/03/putin-crimeia-sempre-fez-parte-da-russia.html>. Último acesso: 05 nov. 2024.

Rigi, Jakob. The War in Chechnya: the chaotic mode of domination, violence and bare life in the post-soviet context. **Critique of Anthropology:** vol.27, n.1, 2007.

RT. Cancel culture results in reverse discrimination – Putin. **Twitter:** 2021. Disponível em: <https://twitter.com/RT_com/status/1451213191657271296?s=20>. Último acesso: 22 out. 2024.

Said, Edward. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Sanina, A. The routinization of conservatism: key stakeholders of patriotic education in contemporary Russia. In: Miklóssy, K; Kangaspuro, M (eds). **Conservatism and memory politics in Russia and Eastern Europe**. New York: Routledge, 2022.

The Kremlin. Address to the Federal Assembly. **Official Internet Resources of the President of Russia:** 2012. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/17118>. Último acesso: 02 nov. 2024.

The Kremlin. Address by the President of the Russian Federation. **Official Internet Resources of the President of Russia:** 2014. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/20603>. Último acesso: 10 out. 2024.

Toal, Gerard. **Near Abroad:** Putin, the West, and the contest over Ukraine and the Caucasus. New York: Oxford University Press, 2017.

Tolz, Vera. Orientalism, Nationalism, and Ethnic Diversity in Late Imperial Russia. **The Historical Journal:** vol.48, n.1, 2005, p. 127–150.

Wijermars, M. **Memory politics in contemporary Russia:** television, cinema and the state. New York: Routledge, 2019.